

Modernizar é preciso. Pensamento social e mudança no Brasil rural (1944-1954)*

Modernising is Required. Social Thought and Change
in Rural Brazil (1944-1954)

CLAITON MARCIO DA SILVA
Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
claiton@uffs.edu.br

Resumo: O modelo de modernização da agricultura brasileira, adotado após a Segunda Guerra Mundial, foi marcadamente influenciado pela matriz norte-americana da Extensão Rural e não considerou outras experiências de instituições nacionais de pesquisa ou proposições de importantes intelectuais do período. Neste artigo, buscamos debater uma perspectiva intelectual que gira em torno de autores como Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Schmidt, Emílio Willems, Florestan Fernandes e Antônio Cândido. Realizando uma análise histórica e antropológica dos impactos iniciais da industrialização sobre as populações rurais tradicionais, esses autores levantaram questões sobre a cultura, a adaptação ao ambiente e as técnicas agrícolas empregadas, criticando o modelo ibérico colonial do Brasil.

Palavras-chave: modernização; ambiente; técnicas agrícolas; pensamento social; Brasil

Abstract: The modernization model for Brazilian agriculture adopted after World War II was markedly influenced by the North-American Rural Expansion model, disregarding other experiences by national research institutes or propositions from important scholars at the time. In this article, we seek to debate an intellectual perspective, having authors such as Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Schmidt Emílio Willems, Florestan Fernandes, and An-

* Este artigo é parte de pesquisa de doutorado em História das Ciências realizada na Casa de Oswaldo Cruz, COC/Fiocruz. Para a tese intitulada “Agricultura e cooperação internacional: a American International Association for Economic and Social Development e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)” incluiu-se apenas um resumo deste debate, que será apresentado agora em sua versão completa. Agradeço aos professores Robert Wegner, Nísia Trindade Lima e Dominichi Miranda de Sá pela leitura e sugestões.

tônio Cândido as our basis. By performing a historical and anthropological analysis of the first impacts of industrialization on traditional rural populations, these authors have raised questions on culture, adaptation to the environment, and the agricultural techniques in use, thus criticizing the Iberian colonial model in Brazil.

Key-Words: modernization; environment; agricultural techniques; social though, Brazil

INTRODUÇÃO

Em 1956, o Presidente Juscelino Kubitschek levou a experiência de modernização agrícola desenvolvida em Minas Gerais para o restante do Brasil com a criação de uma agência nacional de extensão rural, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Um acordo realizado anos antes, em 1948, pelo governo daquele estado e uma agência filantrópica (*American International Association for Economic and Social Development*, a AIA) fundada pelo empresário norte-americano Nelson Rockefeller, serviu de modelo para uma política nacional, pautada principalmente na difusão das inovações da ciência e tecnologia associadas ao crédito supervisionado. Pela primeira vez, um modelo de desenvolvimento rural viria a alcançar todo o território nacional, tornando-se a principal referência tanto para tentativas de adaptação e implementação quanto para críticas, principalmente após a segunda metade dos anos 1970.

No que se refere ao debate intelectual, em 2005 o economista João Pedro Stédile publicou uma coletânea de textos clássicos sobre a questão agrária no Brasil desde 1500. Na coleção em questão, em olhar retrospectivo, o economista selecionou escritos envolvendo o mundo rural, principalmente sob a ótica de uma tradição voltada ao estudo do meio rural mais por sua estrutura agrária do que pelas relações socioculturais ou outras possíveis dimensões da vida fora das cidades. Sobre o período entre 1930 e 1964, o autor pontua: “este debate partia da crise que se vivia e procurava explicações na formação econômica histórica, na situação da agricultura, para, a partir dessas teses, propor saídas” (Stédile 2005: 31). Os textos incluídos por Stédile são extremamente importantes para o entendimento da formação histórica brasileira e de sua composição agrária, pois inclui autores como Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel e Caio Prado Júnior. Por outro lado, para este artigo, buscamos centrar a interpretação no trabalho de autores com uma análise mais voltada no ambiente e na questão da mudança social não necessariamente condicionada pela estrutura agrária. Tal escolha, se refere principalmente para referenciar a discussão a partir dos modelos concretos implementados pelos governos brasileiros desde então, que não romperam com os anseios do latifúndio. A extensão rural, por exemplo, foi um dos modelos escolhidos por governos liberais porque priorizam uma agricultura intensiva, de maior rendimento da produção em uma menor área de cultivo. Em outras palavras, não foi necessário alterar a estrutura agrária para promover o processo de industrialização (Silva 2015: 28).

Tendo exposto a diferença entre os anseios intelectuais e o pragmatismo governamental, este artigo retoma uma tradição de autores que no mesmo período, por outra perspectiva, buscaram analisar e propor intervenções sobre o “mundo rural”, incluindo aqui a questão técnica e tecnológica, a questão cultural, social ou fundiária. Tal tradição, com autores como Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Borges Schmidt, Emílio Willems, Antônio Cândido e Florestan Fernandes, explorou o que Willems chamou de “problema rural brasileiro” – envolvendo o *atraso* das técnicas agrícolas e a persistência da tradição na agricultura brasileira, a aversão ao trabalho cotidiano, a agricultura enquanto atividade de devastação – dentro de uma ótica que retomava, de certa forma, os estudos de médicos e sanitaristas que atuaram nos sertões do Brasil durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX. De José Francisco de Sigaud aos sanitaristas Belisário Pena e Arthur Neiva, o pensamento médico higienista buscou interpretar tópicos como família, gênero, sexualidade, clima, natureza, contrastes culturais, sociais e econômicos, a construção da nação, a diversificada composição racial da população e a modernização do país, buscando observar a “viabilidade da civilização” (Lima 2007: 1168). Construiu-se um argumento contra as visões pessimistas da sociedade brasileira, acreditando que as populações dos sertões brasileiros poderiam contribuir para a transição da sociedade brasileira para a modernidade. Nesta perspectiva, tal pensamento deu suporte às políticas públicas que ajudaram a integrar o um país de grandes contrastes (Lima 2007: 1172).

Os textos aqui reunidos foram escritos entre 1944 e 1954, ou seja, entre a parte final da Segunda Guerra Mundial e a proximidade da implementação de um sistema nacional de extensão rural, que marcou a expansão do modelo norte-americano de modernização da agricultura por todo o território brasileiro. Embora a primeira edição de *Raízes do Brasil* seja datada de 1936, utilizamo-nos da “nota ao capítulo 2: persistência da lavoura de tipo predatório”, incluída no livro na segunda edição de 1947. Utilizamos um texto de Florestan Fernandes, publicado originalmente na imprensa em 1946 e que, posteriormente, em 1960, fez parte da primeira edição do livro *Mudanças Sociais no Brasil*. Os textos de Willems e Schmidt foram publicados originalmente em 1944 e 1946, respectivamente, enquanto a pesquisa de Cândido foi elaborada entre 1948 e 1954, mas publicada em livro somente dez anos mais tarde. Tal texto funciona como um diálogo entre a tradição de Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Emílio Willems com os textos posteriores que centram suas análises na questão agrária e que ganhou força nos anos posteriores.

Dessa forma, os autores aqui mencionados retomam este argumento e aplicam tais teses a um Brasil bem diferente do século XIX ou mesmo da Velha República (1889-1930), que desenvolvia sua indústria e estava exposto às políticas internacionais de modernização durante a Segunda Guerra Mundial e período posterior. Para este trabalho selecionamos, como principal questão de diálogo entre esses textos, o debate sobre modernização da agricultura e os impactos deste processo sobre as populações rurais tradicionais. Dessa forma, nos dois primeiros tópicos do artigo será debatido como os intelectuais interpretaram o meio rural brasileiro: a caracterização do meio rural, de

suas populações, as técnicas agrícolas e a força da tradição. Inseridos em um contexto intelectual que ecoava a crítica de Monteiro Lobato ao Jeca Tatu, estes autores eram mais otimistas em relação ao caipira e ao caboclo do que muitos de seus contemporâneos. O argumento destes dois tópicos, neste sentido, se aproxima da reflexão de Luiz Carlos Jackson sobre a obra “Parceiros do Rio Bonito”, podendo ser estendida aos demais: “de forma sintética, o que se propõe é a inclusão e não a exclusão das populações rústicas, inseridas no processo de urbanização inevitável” (Jackson 2001: 132), e não apenas uma feroz crítica ao seu modo de vida. No terceiro momento, o debate buscará realçar as soluções apontadas pelos autores; como forma de comparação com as políticas que foram concretamente difundidas pela ABCAR e o governo brasileiro, dialoga-se com as diferentes abordagens em questão, argumentando que o estado nacional não levou em consideração tais proposições de pensadores brasileiros, optando por modelos etnocêntricos/evolucionistas adaptados dos processos desenvolvidos pelos agrônomos norte-americanos.

EM BUSCA DE DEFINIÇÕES SOBRE “O PROBLEMA RURAL BRASILEIRO”: DIÁLOGOS SOBRE AS TÉCNICAS AGRÍCOLAS E A PERSISTÊNCIA DAS PRÁTICAS ROTINEIRAS NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Em uma busca de algumas definições de termos para seu estudo, o Professor de Parasitologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Samuel Barnsley Pessoa, apoiou-se no Censo de 1940 para resolver uma questão: a que se refere o termo “rural”? De acordo com sua discussão, “rural” poderia se referir: a) a uma população cujo número de habitantes fosse inferior a um certo limite estabelecido; ou b) uma vez que determinada população fosse equivalente à 60% do total da população ativa (Pessoa 1948: 6). Em outra obra, “Parceiros do Rio Bonito”, o termo “rural” estaria ligado à localização, enquanto que “rústico” estaria ligado a um tipo social e cultural (Cândido 1971: 21). No entanto, o debate sobre este meio rural na época evocou ampla literatura – composta por relatórios de médicos e higienistas, ensaios ou trabalhos acadêmicos – e foi povoado por tipos sociais como *caipiras*, *caboclos*, *sertanejos*, *camponeses* ou *rústicos*, dependendo do autor; as práticas de agricultura poderiam ser *itinerantes*, *extensivas* ou *predatórias*; os espaços enquanto *campo* ou *meio rural*; as técnicas, *rotineiras*, *primitivas*. Em resumo, um meio rural complexo, com diferentes termos para defini-lo, ainda que embebido em permanente estado de tradição. Como exemplo, de acordo com análises sobre “o caboclo” na obra de Emílio Willems, este termo poderia indicar, inicialmente, “o contato interétnico do branco português com o indígena”, mas que posteriormente se refere a um estilo de vida, “o modo de vida caipira” (Willems 1944: 7). Buscando relacionar o texto de Willems com o livro “Parceiros do Rio Bonito”, pode-se sugerir que as análises de ambos autores aproximaram a cultura *cabocla* e do *caipira* à “existência nômade ou seminômade, associada ao processo de conquista dos sertões” (Lima 1999: 174-178). Na busca por definições do meio

rural e de seus habitantes, os textos selecionados partem da premissa de que é possível transformar o “atraso” em “modernidade”, mas de forma diferenciada de muitas das políticas públicas brasileiras implementadas naquele momento e em períodos posteriores, que não costumam levar em consideração as questões culturais dessas populações. Com um olhar otimista sobre este processo de transformação, será focado neste momento como estes autores interpretam as técnicas utilizadas no meio rural principalmente no que se refere à agricultura: o Brasil e os brasileiros, enfim, teriam *vocação* para o trabalho agrícola? Quais as limitações impostas ao trabalho agrícola por parte do meio, dos recursos financeiros ou, de uma forma um tanto desconcertante, conforme afirmação de Sérgio Buarque de Holanda: o termo *agricultura* seria condizente com o que estava sendo praticado até então no Brasil?

Ao comentar que no Brasil prevaleceu a produção semicapitalista, voltada ao consumo externo, segundo Sérgio Buarque de Holanda, pouco ou nada poderia se falar sobre agricultura em uma concepção mais usual do termo: “em realidade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra ‘agricultura’ aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana”, pois nessa exploração, “a técnica europeia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações” (Holanda 1995: 49). Devastar, no lugar de cultivar e recuperar o solo: esta seria a concepção que, segundo o autor de “Raízes do Brasil”, norteou as atividades agrícolas principalmente por parte dos portugueses, em solo brasileiro. O uso do termo “devastar” seria mais coerente, ao menos inicialmente, porque a busca de aventura e riquezas teria impresso um sabor mais atraente aos europeus do que o trabalho cotidiano – de aplicação de arado, de revolver e fixar raízes na terra. Devastar através da monocultura, da exploração do trabalho escravo e principalmente com o latifúndio, que, segundo o autor, não se colocaria como questão do passado, mas contemporânea da grande *agricultura mineradora*, que extrai o que pode do solo e a ele nada devolve: “a verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura”, escreve Holanda, pois “sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável” (Holanda 1995: 49).

Aproximando à ideia de Sérgio Buarque de Holanda, em que a *agricultura mineradora* no Brasil devastou não apenas a grande lavoura do passado, Florestan Fernandes apontou que a agricultura praticada no sertão do século xx esgotaria os recursos naturais. Ao discutir as narrativas da viagem do médico Júlio Paternostro ao Vale do Rio Tocantins, Fernandes critica as afirmações do viajante, como o “extermínio” que estaria sendo praticado pelos sertanejos com “a simples coleta” e “a agricultura extrativa” uma vez “que se beneficiam, com exclusividade, os concessionários, os comerciantes e os exportadores”. Na opinião de Florestan Fernandes, esse processo conduziria ao “esgotamento da terra”, que seria “uma das consequências diretas dos métodos de sua utilização adotados pelos ‘párias da nossa civilização’, lavradores seminômades quase todos” (Fernandes 1979: 155). Assim, a agricultura extrativa estaria, na opinião de Flo-

restan Fernandes, longe de um modelo desejável em função de suas implicações sociais. Os sertanejos, neste sentido, não teriam condições de impor outra forma de produção em função do modelo econômico adotado na região.

É importante ressaltar que a expressão etnocêntrica “párias da nossa civilização” foi utilizada por Júlio Paternostro, procurando indicar a situação tradicional da população sertaneja do referido vale. Esses termos remetem, de certa forma, às representações também comentadas criticamente por Emílio Willems em relação aos caboclos “isolados”, que povoam o interior do Brasil: “geralmente se é impiedoso com essas populações; aplicam-se-lhes epítetos como ‘atrasadas’, ‘indolentes’ e outros menos lisonjeiros ainda” e “vivem de uma maneira julgada indigna e desprezível”. Por fim, com certa ironia, o autor completa: “Acha-se que deviam trabalhar e produzir mais e melhor, que deviam adubar suas roças, usar sabão, escola, parteira, farmácia e médico” (Willems 1944: 7-8). Em outras palavras, essas populações deveriam, segundo o pensamento etnocêntrico criticado tanto por Florestan Fernandes quanto por Emílio Willems, adentrar nas concepções e práticas daquilo que poderia ser considerado a “civilização” litorânea brasileira. Porém, a crítica às concepções etnocêntricas não estaria concluída com uma posição totalmente relativista tanto para Florestan Fernandes quanto para Emílio Willems: as populações rurais, atendam elas por *caboclos* ou *sertanejos*, não poderiam ser entendidas simplesmente por uma ótica evolucionista (populações *atrasadas*) ou etnocêntrica (populações *inferiores*), mas nem por esta razão deveriam permanecer na situação *problemática* em que se encontravam.

Nessa perspectiva, podemos interpretar que, de acordo com o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, o desejo de um rompimento com as práticas tradicionais pulsava também em “Raízes do Brasil”: “Quando lamentamos que a lavoura, no Brasil, tenha permanecido tão longamente aferrada a concepções rotineiras [tradicionais], sem progressos técnicos que elevassem o nível da produção, é preciso não esquecer semelhantes fatores” (Holanda 1995: 50), como o gosto pela aventura e as guerras de conquista, além das dificuldades impostas pelo clima tropical. Desta forma, “se a técnica agrícola adotada aqui pelos portugueses representou em alguns casos, comparadas às da Europa, um retrocesso”, diria o autor, “em muitos pontos verdadeiramente milenar, é certo que para isso contribuíram as resistências da natureza, de uma natureza distinta da europeia, não menos do que a inércia e a passividade dos colonos” (Holanda 1995: 50).

Não menos importante é a ideia do *desapego* do português pelo trabalho com a terra, conforme apontou Sérgio Buarque de Holanda: “o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho” (Holanda 1995: 49). Se o *desapego* do português chamou a atenção de Buarque de Holanda, em perspectiva semelhante, o *desamor* do caipira sobre o trabalho esteve presente em “Parceiros do Rio Bonito: “podemos dizer que o desamor ao trabalho estava ligado à desnecessidade de trabalhar, condicionada pela falta de estímulos prementes, a técnica sumária e, em muitos casos, a espoliação eventual da terra obtida por posse ou concessão” (Cândido 1971: 86). A diferença entre o português debatido por Buarque de Holanda e o caipira estudado por Antônio Cândido estava em sua

condição: enquanto o primeiro não era um agricultor e buscava riqueza na aventura procurar metais preciosos, por exemplo, o caipira estaria ligado à terra envolta em uma natureza abundante, mas que na maioria das vezes seria expulso dela pelo avanço das fronteiras agrícolas.

Assim, a produção escassa, as práticas tradicionais e outros problemas do espaço rural brasileiro encontravam explicação, para os autores desse período, debatidos neste artigo, não mais na raça, mas nas condições impostas pela história e pelo território. História que no Brasil significou não apenas a *conformação* contra os problemas que o meio ambiente ofereceu, mas com os poucos recursos, a mão de obra muitas vezes escassa e mesmo com a inclinação aventureira dos portugueses, avanços em termos de técnicas foram realizados, como será debatido a seguir. Referência, pois, deve ser feita, ao trilhar por esta argumentação, à influência do trabalho de Oliveira Vianna. Em “Populações Meridionais do Brasil”, de 1918, segundo comentário de Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna teria apontado que o tipo de homem rural brasileiro – *homo rusticus* – teve nas condições históricas impostas no século III a constituição de suas principais características (Wegner/Lima 2004: 22-30). Tais características não seriam, para estes autores, uma questão fixa tal qual raça. Neste sentido, os autores aqui mencionados não apontam como solução para os problemas rurais brasileiros apenas a resolução da questão agrária. Em um exercício de argumentação nesta perspectiva, os camponeses, caipiras ou caboclos brasileiros, ao receber um lote, não empreenderiam um processo de mudança social na direção dos avanços sanitários, científicos, culturais, econômicos ou políticos daqueles tempos. As políticas públicas, continuando dentro deste raciocínio, deveriam auxiliar no processo de transição entre a tradição e a modernidade, através da inserção de técnicas e tecnologias disponíveis, naquele momento, apenas aos grandes fazendeiros. Isto porque, da forma como se estruturou o meio rural brasileiro, apartado das conquistas da civilização, mesmo os colonos europeus por vezes não representariam mais o progresso técnico e aproximar-se-iam mais da tradição, como debateremos a seguir.

IMIGRANTES, CABOCLOS, CAIPIRAS E MAIS SOBRE A PERMANÊNCIA DE HÁBITOS E TÉCNICAS “PRIMITIVAS”

As dificuldades do mundo rural brasileiro não eram condições intrínsecas do brasileiro, segundo as interpretações em questão. Como exemplo, o “elemento estrangeiro”, conforme refere-se Carlos Borges Schmidt, “quando laborioso e de nível cultural superior ao nosso elemento, torna-se útil” e “seus métodos podem servir de exemplo”. Este ideal guiou a política empreendida, principalmente na República, de atração de trabalhadores com o intuito de branquear o país (Skidmore 2012: 110-117) e empreender um processo de valorização do trabalho árduo. Porém, continua Schmidt, “pouco podem contribuir para tal fim quando se alheiam socialmente da coletividade, ou a exploram economicamente, dedicando-se a atividades outras que a produção do solo ou dos

campos” (Schmidt 1946: 47). Outro exemplo semelhante consta no texto intitulado “persistência da lavoura de tipo predatório”, nota ao segundo capítulo de “Raízes do Brasil”, onde Sérgio Buarque de Holanda aborda uma narrativa manuscrita pelo observador norte-americano R. Cleary, datada da segunda metade do século XIX e então inédita. Esta narrativa apontava que os alemães assentados em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, nesta época “nada trouxeram de novo ao país adotivo e se limitaram a plantar o que os brasileiros já plantavam, do mesmo modo, primitivo e grosseiro” (Holanda 1995: 66). Neste sentido, em mesmas condições que os “nacionais”, os “estrangeiros” também estariam submetidos ao inóspito meio, e suas técnicas pouco adiantariam sem o emprego de um intenso processo de adaptação. Aqui evidencia-se que a questão racial não é o ponto central do debate, mas as condições oferecidas pelo meio às diferentes populações.

Os colonos preferiam, retomando a narrativa de R. Cleary, recorrer a enxadas ou pás, sendo que para o plantio de sementes o mais usual seria a aplicação de uma cava-deira de pau. Nada comparado com o que seria o grande símbolo da civilização para o narrador norte-americano, ou seja, o arado. “De então para cá a aquisição de técnicas superiores, equivalente a uma subversão dos processos herdados dos antigos naturais da terra”, continua Buarque de Holanda “não caminhou na progressão que seria para desejar. Pode-se dizer que o desenvolvimento técnico visou, em geral, muito menos a aumentar a produtividade do solo do que a economizar esforços” (Holanda 1995: 67). Assim, para o autor, os europeus teriam retrocedido não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, da lavoura de arado para a da enxada ou com processos indígenas considerados ainda mais “primitivos”. Não apenas teriam deixado de lado práticas europeias, mas encontrado outros hábitos: segundo outro estudo sobre os alemães no Sul do Brasil, desta vez realizado Willems na colônia Feliz, estado do Rio Grande do Sul, “os imigrantes alemães resolveram, em 1846, trabalhar apenas dois ou três dias por semana”, como os caboclos. Desta forma, “nos dias que não trabalhavam, os *colonos* reuniam-se [...] em bebedeiras”, servindo como “exemplo clássico de quebra de um padrão cultural: o trabalho *permanente* cede lugar ao trabalho *intermitente*” (Willems 1944: 10-11).

De volta ao trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, aos europeus de origem ibérica, a “escassa disposição” para as lides agrícolas seria um tanto compreensível, mas a permanência de práticas predatórias em grupos sociais de outras procedências, como os alemães e seus descendentes, soaria de forma um tanto contundente. Neste sentido, a queimada seria um recurso muito utilizado pelos alemães no Sul do Brasil, mesmo quando outras formas de abrir caminhos para a plantação estivessem disponíveis. A questão do retrocesso estaria ligado, para Sérgio Buarque de Holanda, primeiramente na ocupação de encostas de morros e vales por esses grupos, o que dificultaria o emprego do arado em uma região serrana. “Muitos permaneceram e ainda permanecem fiéis à enxada e somente à enxada”, e a razão está, de acordo com a segunda causa invocada para explicar a persistência de processos primitivos, sobre a experiência de lavradores que “o emprego do arado é muitas vezes contraproducente em certas terras tropicais

e subtropicais”, persistindo a crença que “um solo florestal pode ser destruído não só pelo fogo, mas também pelo arado” (Holanda 1995: 69). Tais dificuldades, segundo o autor, não deveriam soar como “um convite à inércia e à persistência de hábitos rotineiros, mas ao exame prévio das peculiaridades de cada solo, antes de se introduzirem aperfeiçoamentos na técnica agrária” (Holanda 1995: 69). Para o autor, a saída seria justamente um arado menos profundo, tal como exemplos de arados espanhóis trazidos por jesuítas e que lavravam terras duas ou três vezes maiores, despendendo o mesmo tempo utilizado por uma técnica “primitiva”. Mas tais “progressos técnicos” não teriam chegado até o Brasil: “A lavoura entre nós continuou a fazer-se nas florestas e à custa delas” (Holanda 1995: 70).

Porém, por volta de 1900, para colonos de Blumenau o arado seria causador de erosão. Na opinião de Emílio Willems, muitas vezes o meio limitaria as condições de aplicação de novas técnicas por parte dos imigrantes. Assim, “o regresso a processos velhos e rudimentares afigurava-se”, segundo Willems, “como necessidade ditada pelas condições do meio, independente da vontade e do equipamento técnico do imigrante” (Willems 1944: 22). Com o esgotamento das terras, o regresso aos velhos processos de produção (extensivos), aliado à pressão demográfica, poderia conduzir os trabalhadores rurais a um sentimento de desapego à terra, na condição de seminômades. Dessa forma, “o nomadismo agrícola dos colonos significa o domínio da rotina”, pois “os mesmos processos repetem-se através de gerações, os filhos começam no mesmo ponto em que os pais e avós começaram, sem a menor possibilidade de aumentar o acervo cultural”, ou seja, “exatamente como entre caipiras legítimos” (Willems 1944: 23).

Procurando estabelecer um diálogo com “Parceiros do Rio Bonito”, os caipiras do interior paulista procuravam na “agricultura extensiva, itinerante”, não mais do que “um recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico; recurso para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra” (Cândido 1971: 46). Embora não tenha feito, em sua opinião, “pesquisa documentária segundo os requisitos do historiador” (Cândido 1971: 10), os relatos utilizados para a construção do primeiro capítulo desta obra se aproximam de outros estudos no que se relaciona à precariedade de técnicas utilizadas pelos caipiras. Assim, a elaboração de técnicas mediadoras das relações com o meio estaria em “nível que reputaríamos hoje precário” (Cândido 1971: 36). E a explicação dessa vida, baseada numa economia de subsistência, originou-se da “natureza do povoamento paulista, desde logo condicionado pela atividade nômade e predatória das bandeiras”, que resultariam tanto em um “vasto processo de invasão ecológica” como “de outro tipo de sociabilidade com suas formas próprias de ocupação do solo”, próprias da “fusão entre a herança portuguesa e a do primitivo habitante da terra” (Cândido 1971: 36).

No século XVIII, os deslocamentos das bandeiras “prolongou-se de certo modo na agricultura itinerante” (Cândido 1971: 44). Mas para o autor, estas práticas agrícolas não estariam no centro dos problemas, mesmo que Saint-Hillaire tenha pintado um “quadro desolado da agricultura extensiva do caboclo brasileiro, com base na queimada: aproveitamento do terreno de mata, degradação desta capoeira, destruição de

novas matas” (Cândido 1971: 44-45). Acentuaria que, com uma reforma do sistema de agricultura utilizando “arado e dos adubos”, se “fixaria o homem na terra, suprimindo a necessidade de buscar chão sempre novo” (Cândido 1971: 45). Dessa forma, “a queimada de mato corresponde”, segundo o autor, “às dificuldades de explorar doutro modo o solo tropical, aparecendo como técnica em todo mundo”. Esta afirmação, realizada a partir dos estudos tanto de V. Daniel Faucher e Max Sorre, coloca-se de forma a apontar uma situação um tanto problemática, pois “a queima de vegetação rasteira, ainda hoje praticada como regra entre nós, mostra, todavia, que a cinza resultante é buscada como fertilizador, embora a longo prazo o resultado seja mau, acarretando a degradação inevitável do solo” (Cândido 1971: 45). Com terra disponível para produção agrícola por gerações, arados e adubação adequada no lugar das cinzas das queimadas, Antônio Cândido sugere um modelo de agricultura oposto ao “quadro desolado” pintado por Saint-Hillaire no século XIX.

Dessa maneira, retomando Carlos Borges Schmidt, Emílio Willems e Sérgio Buarque de Holanda, o meio determinaria, de certa forma, a reprodução das práticas tradicionais, e, exceto Schmidt, muitas vezes tornaria acabocladados aqueles grupos de imigrantes que poderiam significar a mudança das práticas tradicionais. Incluindo também neste debate a obra “Parceiros do Rio Bonito”, o processo de devastação provocado por técnicas nada satisfatórias resultaria em condições de miséria para as populações do interior do Brasil. Dentro destas questões levantadas, debateremos as soluções propostas pelos autores para o problema rural brasileiro.

SOLUCIONANDO O “PROBLEMA RURAL BRASILEIRO”: A INTERVENÇÃO ORGANIZADA

“Certas mudanças nos métodos de trabalho e no sistema de vida do homem do campo”, apontaria uma coletânea de textos sobre Extensão Rural, “não são tão fáceis de obter e não se fazem rapidamente como pareceria à primeira vista.” Assim, “o produtor rural atua de acordo com a sua formação cultural representada pelos hábitos de vida e de trabalho e segundo seus costumes, crenças e tradições”, reagindo “conforme a experiência [constituída] através de um longo processo de aprendizagem”. “Assim”, de acordo com o texto extensionista, “toda mudança no comportamento exige redobrado esforço de aprendizagem ou, em outras palavras, educação, no conceito mais amplo, que significa desenvolvimento integral do ser humano” (Cetreisul 1964: 5). Este texto, publicado às portas do golpe militar, ilustra que ideias de mudança permearam o trabalho extensionista no Brasil a partir de 1948, orientando-se na direção de que o aumento dos padrões de produção estaria ligado a um intenso processo de interferência junto aos agricultores. O objetivo das mudanças pautou-se tanto num plano de políticas públicas (a apropriação da extensão rural pelo Governo Federal em 1956) quanto na substituição de hábitos *atrasados* por outros considerados mais *modernos*: “Os jovens estão”, de acordo com um manual de Extensão Rural da década de 1950, “sob o influ-

xo permanente da herança cultural dos pais, a qual, geralmente, é constituída de conhecimentos limitados e compreende técnicas primitivas e rotineiras” (ABCAR 1959: 7). A introdução dos conhecimentos *modernos* se daria através de processos educativos, entendendo *educação* enquanto “mudanças em conhecimentos, em habilidades e em atitudes”. E a extensão rural se colocaria justamente como “um processo contínuo e permanente de educação”, que promoveria “mudanças em conhecimentos, habilidades e atitudes, o que se torna indispensável para a melhoria dos níveis econômicos, sociais e culturais das populações do campo” (Cetreisul 1964, 5). Porém, tal forma *educativa* de trabalho iniciou de forma efetiva no Brasil após 1952, diante dos resultados pouco animadores de introdução de técnicas e tecnologias por parte da ACAR em Minas Gerais. Assim, procurando introduzir outros conhecimentos aos pequenos e médios produtores rurais, mudanças culturais foram pretendidas pelas empresas de extensão rural no Brasil. Mas até que ponto existiria uma aproximação destas proposições extensionistas com os autores do pensamento social brasileiro analisados neste trabalho?

Inicialmente, as proposições extensionistas foram bem avaliadas na opinião de Carlos Borges Schmidt. Diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores brasileiros, os *avanços* agrícolas possibilitados pelas pesquisas deveriam ser amplamente divulgados: “se há classe que precisa ser posta em contato com os órgãos de pesquisas e demonstrações, e deles receber ensinamentos”, escreveria o autor, “essa é a dos pequenos agricultores”, pois grandes agricultores ou pequenos, os “princípios da agricultura científica, são, não raro, desprezados e mesmo ignorados” (Schmidt 1946: 157). Assim, em 1942, mesmo antes da implantação dos programas de Extensão Rural no Brasil (1948), o sistema de divulgação de conhecimentos agrícolas do “Extension Service” norte-americano foi elogiado por este autor. As proposições extensionistas – introdução de hábitos *modernos* – foram contemporâneas da realização de estudos de comunidade nas áreas de Ciências Sociais no Brasil das décadas de 1940 e 1950, onde um forte impulso indicava a direção às mudanças na sociedade brasileira: “na Antropologia, com o impacto dos ‘estudos de comunidade’ introduzidos no Brasil por Emílio Willems e Donald Pierson”, tornou-se fundamental “entender a natureza da mudança social nas comunidades.” Em uma perspectiva mais ampla, para a Sociologia na década de 1950, “as pesquisas se voltam para a explicação das grandes transformações que ocorrem na sociedade brasileira naquele momento, relacionadas à modernização do país”, principalmente “em função da aceleração dos processos de industrialização, urbanização, formação da sociedade de classes e democratização política” (Jackson 2001: 130). Neste contexto, as obras discutidas refletem, de certa forma, o interesse por problemas sociais, apontando ou deixando transparecer possíveis soluções.

Como exemplo, o Brasil, segundo Florestan Fernandes, “é um dos países onde a racionalização administrativa e política torna-se dia a dia mais premente e necessária” (Fernandes 1979: 162). Problemas que, segundo o autor, são geralmente tomados isoladamente, e que a “criação de meios de comunicação e de transportes, elevação do nível de vida do trabalhador, criação de uma legislação para o trabalho rural, fixação do homem à terra, introdução de novas técnicas de cultura agrícola” deveriam, junto com

outros aspectos “ser definidos em relação a cada caso particular e considerados em conjunto, organicamente relacionados num plano” (Fernandes 1979: 163). Neste sentido, a racionalização administrativa, ao considerar as particularidades de cada realidade, não deixaria de direcionar a ação para um conjunto mais amplo, o nacional, por exemplo.

De forma semelhante, para Sérgio Buarque de Holanda, além de sugerir mudança em relação às técnicas de produção agrícola, por exemplo, considerou necessário verificar, “estudar” as particularidades de cada solo para introdução do tipo de arado ideal. Dessa forma, a introdução de um arado menos profundo, de acordo com os arados introduzidos por espanhóis, só seria possível a partir de uma avaliação do solo a ser cultivado. Tal atitude resultaria em melhoria das condições sociais dos agricultores brasileiros. Também, a obtenção dos meios de vida dos caipiras do interior de São Paulo não foi considerada somente enquanto “tema sociológico” por Antônio Cândido, mas também enquanto “problema social” (Cândido 1971: 10), pois conforme Jackson, “em nenhum momento do livro [Parceiros do Rio Bonito], embora haja simpatia pelo caipira, há a defesa do retorno à vida tradicional”, ajustada minimamente ao ambiente (Jackson 2001: 132). Ainda na introdução do referido estudo, a saída estaria na reforma agrária. Porém, essa ação não teria resultado satisfatório sem o entendimento da cultura e sociabilidade dessas populações: “talvez este trabalho ainda tenha algum interesse para os que acham que a reforma das condições de vida do homem brasileiro do campo não deve ser baseada apenas em enunciados políticos”, assim como “em investigações especializadas economicamente e agrônomicamente; mas também no estudo da sua cultura e da sua sociabilidade” (Cândido 1971: 11). Em uma linha semelhante, Emílio Willems e Florestan Fernandes apontam que a intervenção realizada sem um estudo prévio, pouco ou nada adiantaria para as populações rurais: em relação às “sociedades de *folk*” do Vale do Tocantins, narradas por Júlio Paternostro e atentamente discutidas por Florestan Fernandes, o autor propõe que a diferença entre a *civilização* e o sertão (e os *párias da civilização*) não devem ser modificadas por um processo espontâneo, mas esse processo necessita de uma orientação ou direção. Sobre as populações sertanejas, segundo Willems, “as tentativas de modificar-lhes a vida acabaram geralmente em fracassos que muitas vezes se teve o cuidado de ocultar” (Willems 1944: 8).

Nesta perspectiva, “a solução do problema rural brasileiro exige”, de acordo com Willems, “a contribuição de médicos, agrônomos, geógrafos, economistas e educadores”, porém, “da cooperação destes especialistas ainda não pode surgir uma solução satisfatória” (Willems 1944: 31), restando aos cientistas sociais amparar a intervenção através de estudos monográficos (extensivos e intensivos). “Todos esses especialistas”, diria Willems, “interferem com a cultura cabocla, tentando enxertar-lhe elementos cuja transferência a civilização urbana julga desejável” (Willems 1944: 15). A “intervenção organizada” se apoiaria em dois aspectos considerados fundamentais pelo autor: 1) Peneirar os elementos desejáveis e, somente estes, orientar para que sejam introduzidos para as novas gerações; 2) Articular o novo patrimônio cultural com um meio ao qual se possa ajuntar (Willems 1944: 23). Este “enxerto” cultural seria possível através do internato agrícola, propiciando o afastamento do educando dos hábitos tradicionais,

fruto do estágio pré-capitalista em que estas populações rurais se encontravam. Apenas o conhecimento estabelecido, a partir das Ciências Sociais, poderia fornecer uma proposta de intervenção nas práticas culturais coerentes com a situação destas populações (Lima 1999: 174). De forma semelhante, a extensão rural também apostou nos conhecimentos das Ciências Sociais como forma complementar da formação do extensionista, inicialmente amparada em treinamento em centros de ciências agrícolas. Dessa forma, “o conhecimento das ciências sociais, tais como a economia rural, a sociologia, a antropologia social, a agronomia social aplicada e muitas outras são indispensáveis ao preparo adequado do extensionista” (Cetreisul 1964: 5). Embora a proposição da inclusão das Ciências Sociais como forma de auxiliar na mudança das condições rurais esteja bem próxima ao que propôs Emílio Willems, os serviços de extensão rural não primaram pela manutenção de elementos culturais desejáveis – historicamente presentes nas comunidades rurais – mas pela introdução de novos elementos *cientificamente* comprovados (Silva 2015: 30) através de métodos educativos, principalmente após a década de 1950, com a expansão de um sistema de extensão rural para quase todo o território nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se para Carlos Borges Schmidt, “o chuço, o soquete” e “a velha estaca” permaneciam ainda em uso constante (Schmidt 1946: 111), referindo-se a instrumentos tradicionais utilizados pelos “nacionais” para o cultivo de milho e feijão, a transição de uma condição *tradicional* para uma condição *moderna* seria possível a partir de experiências consolidadas em outros países, sugerindo a extensão rural como um modelo possível, assim como outras experiências mexicanas e europeias. Desta forma, procurando estabelecer uma relação com as proposições extensionistas no Brasil, em uma primeira análise, a atuação deste modelo aproximou-se – embora com ressalvas – das reflexões destes autores ao longo da década de 1950, sobretudo em dois pontos: a) representar o espaço rural brasileiro, seus tipos sociais e a agricultura por eles praticada enquanto não adaptados às *modernas* técnicas de produção: o meio rural brasileiro não seria exatamente um modelo ideal de produção para os autores citados. De forma semelhante, o meio rural representado pelas entidades responsáveis pela extensão rural no Brasil, reforçaria esta mesma ideia. Mas se o esforço por melhores padrões de produção fossem possíveis tanto para a extensão rural quanto para os autores analisados, e embora nestas obras do pensamento social brasileiro as técnicas agrícolas fossem muitas vezes entendidas enquanto “primitivas”, a noção de “atraso” é caracterizada enquanto etnocêntrica/evolucionista, principalmente a partir dos textos de Florestan Fernandes e Emílio Willems, o que conduziria ao segundo ponto de discussão; b) este meio rural e as técnicas agrícolas necessitavam ser modificados: solucionar o “problema rural brasileiro” seria, em resumo, um exercício de racionalização administrativa (Florestan Fernandes), enxertar elementos desejáveis como forma de modificar os elementos indesejáveis das

populações rurais com o auxílio das Ciências Sociais (Emílio Willems), reforma agrária e melhor entendimento da cultura do caipira (Antônio Cândido), e mesmo a saída extensionista (Carlos Borges Schmidt) etc. Por outro lado, o modelo extensionista foi insistentemente criticado por demonstrar certas noções evolucionistas/etnocêntricas em seu conteúdo: “as pessoas que sabem o que é melhor para os agricultores são os cientistas e os técnicos” (Fonseca 1985: 35), diria um de seus representantes, apontando de forma mais clara, para um distanciamento importante entre concepções de mudança proposta pela Extensão Rural e por autores do pensamento social brasileiro. Mesmo em relação à discussão sobre uma necessidade da renovação das técnicas agrícolas, e tendo como exemplo o emprego do arado, existem divergências: se pelo lado extensionista a discussão é orientada no sentido de que a não introdução deste elemento aconteceria justamente por parte do “atraso” dos agricultores, pela predominância das técnicas tradicionais – introduzir o arado seria visto como uma maneira de mudança sociocultural, tanto pela aceitação de uma nova técnica quanto pelos bons resultados que esta poderia proporcionar – por outro lado, Sérgio Buarque de Holanda apontou que a simples utilização destes instrumentos em uma geografia montanhosa muito pouco adiantaria. O arado, desta forma, não produziria os efeitos almejados em terras que em nada colaborassem, como nos exemplos já citados de Blumenau e do Rio Grande do Sul, sendo que estas e outras técnicas poderiam ser abandonadas em função das dificuldades encontradas nas lavouras brasileiras. Desta forma, a contribuição não apenas destes autores, mas de um número importante de cientistas sociais, historiadores e outros pensadores ficou à margem do projeto modernizador implantado no Brasil e simbolizado aqui pelo extensionismo, que optou pelo entendimento etnocêntrico das populações rurais no lugar de compreensões mais amplas dos processos de mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, ABCAR (1959): *Manual dos Clubes 4-S*. Rio de Janeiro: ETA-ABCAR.
- Associação Catarinense de Crédito e Assistência Rural (1982): *Extensão Rural: 25 anos com o Agricultor*. Florianópolis: ACARESC.
- Cândido, Antônio (1971): *Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- Centro de Treinamento e Informação do Sul, CETREISUL (1964): *Extensão Rural*. Florianópolis: CETREISUL (ETA-PROJETO 16).
- Fernandes, Florestan (1979): *Mudanças Sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difel.
- Fonseca, Maria Teresa Lousa da (1985): *A extensão rural no Brasil. Um projeto educativo para o capital*. Campinas: Loyola.
- Holanda, Sérgio Buarque de (1995): *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jackson, Luiz Carlos (2001): “A tradição esquecida. Estudo sobre a sociologia de Antônio Cândido”. Em: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16, 47, pp. 127-184.

- Lima, Nísia Trindade (1999): *Um Sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Reva: IUPERJ/UCAM.
- (2007): “Public Health and Social Ideas in *Modern Brazil*”. Em: *American Journal of Public Health*, 97, 7, pp. 1168-1177.
- Pessoa, Samuel Barnsley (1948): *Problemas Brasileiros de Higiene Rural*. São Paulo: Editora Renascença.
- Schmidt, Carlos Borges (1946): *O Meio Rural. Investigações e estudos das suas condições sociais e econômicas*. 2ª ed. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.
- Silva, Claiton Marcio (2015): *De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR.
- Skidmore, Thomas E (2012): *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Stédile, João Pedro (2005): *A Questão Agrária no Brasil: o Debate Tradicional: 1500-1960*. São Paulo. Editora Expressão Popular.
- Wegner, Robert/Lima, Nísia Trindade (2001): “A retratação pública de Sérgio Buarque”. Em: *Revista Inteligência*, 24, pp. 21-30.
- Willems, Emílio (1944): *O Problema Rural Brasileiro do Ponto de Vista Antropológico*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

Fecha de recepción: 20.03.2015

Versión reelaborada: 21.03.2016

Fecha de aceptación: 06.06.2016

Claiton Marcio da Silva é doutor em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz, COC/Fiocruz (2009) e professor adjunto em História da Fronteira Sul na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, Chapecó, Santa Catarina, Brasil). Seus temas de pesquisa incluem: História Ambiental, História das Ciências, modernização da agricultura. Autor de “Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961” (2013) e do livro *De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil* (2015).